

## SESSÕES DO PLENÁRIO

**14ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de maio de 2023.**

**PRESIDENTE: DEPUTADO PAULO RANGEL (AD HOC)**

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): A minha boa-tarde a todos e todas.

É com imensa satisfação que estamos homenageando o defensor público Rafson Saraiva Ximenes, ex-defensor público-geral.

E, iniciando esta sessão solene, eu quero convidar o nosso amigo, colega, um dos melhores deputados estaduais que já tivemos nesta Casa e que vai voltar em breve, com certeza, o nosso querido ex-deputado Marcelino Galo. (Palmas)

Convido para participar da Mesa o Sr. Felipe Freitas, secretário de Justiça e Direitos Humanos, que neste ato representa o Ex.<sup>mo</sup> Governador do estado, Jerônimo Rodrigues; o Sr. Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro, desembargador, que neste ato representa o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargador Nilson Soares Castelo Branco; a Sr.<sup>a</sup> Marilene Pereira Mota, procuradora de Justiça, que neste ato representa a procuradora-geral de Justiça do estado, Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti.

Convido também a Sr.<sup>a</sup> Firmiane Venâncio, defensora pública-geral do estado da Bahia; a Sr.<sup>a</sup> Marta Rodrigues, vereadora da cidade de Salvador; a Sr.<sup>a</sup> Naira Gomes, ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia; a Sr.<sup>a</sup> Liliana Sena Cavalcante, corregedora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia; o defensor público Rodrigo Assis, diretor da Associação das Defensoras e Defensores Públicos da Bahia. (Palmas)

Hoje não tem queixa das mulheres porque elas estão amplamente representadas aqui na nossa Mesa.

Solicito ao Cerimonial que conduza a este recinto o nosso homenageado, Rafson Saraiva Ximenes, acompanhado da ex-ouvidora Sirlene Assis, da diretora-geral, Gilda Gordilho, representando os colaboradores e colaboradoras da Defensoria, e dos defensores Cinira, Pedro, Marcelo, Juliana, Fernando e Analeide.

(O homenageado é conduzido ao Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Convido a todos neste momento a ficarem de pé para ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Como requerente da sessão especial, farei o meu pronunciamento.

**O Sr. PAULO RANGEL:** Quebrando um pouco o protocolo, vou falar aqui da Mesa dizendo que para mim é uma honra, neste momento, estar prestando esta homenagem ao defensor Rafson Saraiva Ximenes, muito embora o faça como coautor, até porque esta proposição, originalmente, foi do deputado estadual, ex-deputado que considero deputado ainda, Marcelino Galo.

Participo desta homenagem com a inteira consciência do que ela representa, Sr. Defensor. Eu tenho sido, nesta Casa, talvez o mais crítico, o mais rígido em relação aos critérios a serem observados no momento de homenagear algumas pessoas a partir de comendas ou títulos de cidadão baiano.

Acho até, e me permitam essa crítica.

Existe uma certa banalização da entrega de comendas assim como oferta de títulos. Eu sou autor de apenas uma proposição, muito embora tenha seis mandatos nesta Assembleia. Sou um dos deputados mais antigos desta Casa. Eu homenageei o escritor e dramaturgo Ariano Suassuna com o Título de Cidadão Baiano. Neste momento, eu aceitei participar desta proposição como coautor, porque procurei saber da vida da pessoa, a sua personalidade e o que ele representou na Bahia.

Quanto ao homenageando, eu homenageio, também, o ex-deputado Marcelino Galo, um dos mais brilhantes deputados que esta Casa já teve. (Palmas) Espero que, muito em breve, ele volte a exercer mais um mandato.

Este título ofertado se encaixa na personalidade de Marcelino, um defensor intransigente dos direitos humanos. Quando fazemos esta homenagem, nós homenageamos também todos os defensores públicos e funcionários da Defensoria. (Palmas)

Digo isso porque eles exercem um papel diferenciado na sociedade, porém, não reconhecido ainda como deveria. A atividade de um defensor nada deve de mérito à de um procurador ou à de um juiz. Por isso, sou daqueles que defende a equiparação dos defensores em todos os patamares das instâncias da Justiça, principalmente em se tratando, deputado Marcelino, de uma atividade exercida em um país ainda muito carente em relação à defesa dos direitos humanos, um país de desigualdade imensa, onde as pessoas precisam de assistências em todos os aspectos.

E a Defensoria Pública, com os seus limites orçamentários, com os seus limites de estrutura, limites de mão de obra, tem exercido um papel de uma qualificação extraordinária.

Portanto, para mim, é uma honra e é um prazer muito grande fazer parte desta homenagem.

(Não foi revisto pelo orador.)

**O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):** Neste momento, eu concedo a palavra ao autor original deste projeto, o ex-deputado estadual Marcelino Galo. (Palmas)

**O Sr. MARCELINO GALO:** Boa tarde, minhas companheiras e meus companheiros.

É uma honra e é uma alegria muito grande voltar a recebê-los nesta Casa, coisa que temos feito com frequência.

Inicialmente, eu queria iniciar esta fala justamente para agradecer e, ao mesmo tempo, saudar o deputado Paulo Rangel, pois, como ele falou, ele é um dos deputados mais experientes desta Casa, mas conserva a sua irreverência e a sua rebeldia.

Então, Rafson, essa fala dele quando diz que a única homenagem que fez nesta Casa foi a Ariano Suassuna, você é o segundo. Agora, imagine o que significa isso. Ariano é um dos intelectuais, um dos escritores mais brilhantes da nossa época, dessa quadra histórica, um dos intelectuais mais valorosos que viveu sua vida, aqui em cima, como se dizia, é um intelectual nordestino, com a sua ironia fina, da melhor qualidade.

Então hoje, pela segunda vez, Paulo Rangel vai homenagear também um grande intelectual, o homem operador de leis e que, com sua inteligência, coloca à disposição dos pobres, não por estar na Defensoria, mas veja que coincidência feliz, justamente se transformar em defensor público.

Então, eu queria agradecer ao deputado Paulo Rangel que aceitou, de pronto, mesmo com todo o seu rigor, pois isso só faz abrilhantar. Ao mesmo tempo, agradeço a esta Casa, pois ela se sente orgulhosa em prestar esta homenagem. É o comendador às vésperas da comemoração do Bicentenário da Independência na Bahia. Foi na Bahia que houve a luta popular de verdade, a luta pela independência.

Então, isso se faz mais importante ainda. Nós estamos às vésperas para entregar uma Comenda Dois de Julho no bicentenário, na festa cívica mais importante deste estado e com maior participação popular.

O povo, no 2 de julho, vai às ruas. O povo tem prazer, manifesta a sua alegria de celebrar uma data tão importante para os baianos. Então, isso faz mais importante ainda está entrega, esta comenda a Rafson, como comandante desse período, mas a todos vocês, defensores, defensoras, servidores desta instituição tão importante do sistema de justiça.

Nós temos de trabalhar muito pela necessidade que tem o povo brasileiro, num país mais desigual dentre os mais desiguais do mundo, um processo de exclusão brutal, onde a maioria pobre, subjugada... Nós vivemos ainda com a permanência dos resquícios e resquícios muito fortes da escravidão, país onde teve a mais longa escravidão no mundo. Esses 350 anos de escravidão permanecem, de forma interiorizada, nos dominadores, numa classe dominante mais perversa e nojenta do mundo, que é a elite brasileira, uma elite que tem uma capacidade de permanecer, de se reproduzir no poder às custas da exploração e da humilhação da maioria do povo brasileiro.

Então, Rafson, você se sinta orgulhoso por ter aqui, justamente, nesta segunda homenagem. Isso é muito importante isso.

Obrigado, deputado Paulo Rangel.

Quero cumprimentar, também, o secretário de Justiça, o jovem Felipe Freitas. Desejamos a ele muito boa sorte. Esse desafio... Imagine o que é lutar pelos direitos humanos e estar no aparelho de estado que cuida dessa mazela. E nós temos o estado

compreendendo-o como um todo, um dos maiores agressores dos direitos humanos, de instrumento de reprodução da exploração, instrumento de reprodução de classe neste país. Ali, temos um negro jovem, também intelectual, muito estudioso, que conhece profundamente e que vai avançar muito.

Então, salve os direitos humanos, o nosso secretário! (Palmas)

Cumprimento o desembargador Sérgio Sales Cafezeiro, neste ato, representando o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, o desembargador Nilson Soares Castelo Branco. Muito obrigado pela presença. Cumprimentar, aqui, a Sr.<sup>a</sup> Marilene Pereira Mota, procuradora de Justiça, que neste ato representa a procuradora-geral de Justiça do estado, Norma Angélica. Muito obrigado. Cumprimentar a nossa querida defensora pública-geral do estado da Bahia, Firmiane Venâncio, também recém-empossada. Tivemos o prazer de estar em sua posse. Desde já, muito boa sorte, agora com a presença feminina no comando, porque tem muitas mulheres nessa Defensoria e são maioria, mas agora é no comando, sucedendo ao nosso querido Rafson. Cumprimentar minha querida vereadora Marta Rodrigues, lutadora pelos direitos humanos, uma vereadora exemplar e diferenciada que faz uma luta que nos enobrece, a todos os políticos. Cumprimentar também, especialmente, nossa ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Naiara Gomes, e desejar a você muito boa sorte. Eu conversava com a nossa querida Sirlene e dizia: "Naiara vai ter uma missão difícil". Mas você tem força, tem toda uma capacidade para suceder a essa maravilha, essa mulher encantadora, de luta, que enriquecia. Era uma beleza participar dos encontros da Ouvidoria e da Defensoria e ouvir Sirlene ali, firme, essa mulher negra com a capacidade política. Sirlene, meu abraço. Agradeço a você por esse prêmio.

Aqui também agradecer pela presença à Sr.<sup>a</sup> Liliane Sena Cavalcante, corregedora-geral da Defensoria Pública do estado; ao Sr. Defensor público, exemplar na capacidade, um gigante desse tamanho e na sua capacidade de fazer gestão e de defender os direitos humanos. Rafson, eu conversava com Socorro e ela, muito orgulhosa, me dizia: "É a pessoa mais inteligente que eu já conheci". Agora, ser inteligente só não basta, mas ele é muito coerente. Então, nós precisamos acabar com essa história de que para ocupar determinada posição pública é tocar com a esquerda, encantar, e na hora de conduzir, na hora de governar aí é com a direita. Ele nos demonstrou isso. E ele tem coragem, porque ele não fez só a gestão, mas fez o debate público. Então, ler os artigos de Rafson na defesa da Defensoria e, principalmente, na defesa dos pobres... o entendimento de que a pobreza é uma produção social e que para acabar com a pobreza nós temos que fazer, onde nós estivermos, uma luta que seja emancipatória. É preciso ter compaixão, mas a compaixão mais forte é aquela que leva à libertação daqueles que são explorados, oprimidos e que são tornados pobres, são empobrecidos com muita violência. E para acabar com isso nós temos que ter muita gente, principalmente gente como Rafson Ximenes, com a sua capacidade e o trabalho que fez nesses últimos períodos, que vai ser sucedido pela nossa querida Firmiane.

Quero também agradecer a presença ao defensor público Rodrigo Assis, que é presidente-diretor da Associação das Defensoras e Defensores Públicos da Bahia, representando os servidores, os defensores e as defensoras nesse embalo. (Palmas)

Então, como é de praxe, nós temos que apresentar um pouco da vida do nosso ex-defensor-geral, o que todos vocês conhecem muito mais do que a gente, mas é preciso que a gente registre nos Anais desta Casa.

(Lê) “No dia 04 de julho de 1980, no Hospital Português, em Salvador, nasce o nosso ilustre homenageado, filho do casal Nadja Grey Saraiva Ximenes e de Jorge Luiz Janja Ximenes.

Começou e concluiu os seus estudos de Ensino Básico e Médio no extinto ISBA (Instituto Social da Bahia) ... ” – é uma pena que esse colégio acabou – “...ingressando no curso de Direito da Ufba (Universidade Federal da Bahia) em 2000 e concluindo em 2005.

Formado em Direito pela Universidade Federal da Bahia - Ufba, é defensor público desde 2007. Atuou em Itabuna, Jequié e Salvador nas áreas Penal, Execução Penal, Cível, Família, Fazenda Pública, Relações de Consumo, Registros Públicos, Direitos Humanos e Curadoria.

Casado com a também defensora pública Valéria Teixeira...” – receba o nosso abraço e os nossos cumprimentos – “...e pai da pequena Helena, de 5 anos. ”

Que entrou toda orgulhosa ao lado do seu pai, e ali cumprimenta ele de novo.

(Lê) "Ao ser nomeado defensor público do estado da Bahia, conheceu e se inspirou no celebrado defensor público Raul Palmeira, a quem se atribui, ele próprio se atribui, ser o maior tribuno da Bahia e a quem se dá o crédito de ter subido o nível da qualidade da defesa da população pobre.

Então, Rafson, com forte consciência da exclusão dos mais pobres, se dedica com paixão e vigor ao exercício da sua função, adquirindo a admiração de todos e todas, especialmente do quadro da Defensoria, de seus colegas e dos funcionários.

Tais qualidades e requisitos lhe valeram a eleição para defensor público-geral da Bahia por dois períodos 2019/2021 e 2021/2023.

Com o discurso de amor, união e construção, ele desenvolve, junto com toda, sua equipe um trabalho que fez chegar o direito de defesa cada vez mais perto da população mais pobre, com eficiência, tratamento digno e qualidade!

Na sua primeira gestão, eleva de 22 para 38 o número de Postos de Atendimento da Defensoria Pública no estado e entrega com 45 Postos nos mais variados e longínquos territórios!

Rafson foi o autor da proposta da criação das políticas afirmativas da Defensoria; implantou o grupo de trabalho da igualdade racial e foi o primeiro defensor a fazer sustentação oral da Defensoria da Bahia no Supremo Tribunal Federal.

O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 142/2021 foi o primeiro a ser aprovado na CCJ como iniciativa da Defensoria, também encaminhado por Rafson...”

E é preciso que a gente fale disso porque é preciso que esta Casa garanta o direito de iniciativa da Defensoria Pública para encaminhar projetos. Nada justifica que outras instituições tenham esse direito e a Defensoria não. Então, nós temos que garantir um direito que é devido porque tem esse direito. Em outros estados isso já é feito. Então, nós encontramos muita resistência aqui. E aqui eu falo com muita alegria porque fui

presidente da Comissão de Constituição e Justiça quando a gente conseguiu aprovar esse primeiro projeto, que não era o mais importante, mas que nós fizemos questão de aprovar para poder abrir caminho. Então, agora esse projeto tem que tramitar e tem que ser aprovado e, assim, garantir esse direito tão importante. Por isso que esse projeto foi muito importante.

(Lê) “(...) que trata basicamente das eleições virtuais e da política de igualdade racial.

Para nossa sorte, perdemos um provável jogador meia-boca de futebol, handebol ou vôlei e ganhamos um advogado e um defensor público de qualidade e que honra a sua profissão, a sua função e seu estado!

Com vasta cultura literária, que vai de 'Vidas Secas', de Graciliano Ramos, a 'Laranja Mecânica', de Anthony Burgess, o nosso comendador é também apreciador da boa música desse ícone da raça que é Chico Buarque e de Tom Zé, fazendo com que cresça a sua crença na luta pela igualdade de oportunidades para todas as pessoas, dando ele a sua contribuição aos que moram e residem em sua terra natal e servindo de exemplos para tantos outros.”

A Assembleia Legislativa se rejubila de poder condecorar com a sua mais importante insígnia o defensor público Rafson Saraiva Ximenes. Ao nosso mais novo comendador a Medalha Dois de Julho.

Viva a Defensoria Pública da Bahia! Viva a democracia! Viva o povo da Bahia.  
(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Quero, neste momento, registrar a presença da colega, companheira de luta e de Assembleia, deputada Olívia Santana; do Sr. Geder Luís Rocha Gomes, desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia; da Sr.<sup>a</sup> Subdefensora Pública-Geral, a qual saúdo, saudando a presença de todos os defensores públicos que aqui se encontram; da Sr.<sup>a</sup> Ana Cecília Bandeira, diretora-geral da Polícia Técnica da Bahia; do Sr. Amauri Teixeira, ex-deputado federal; do nosso ex-colega, tantas vezes aqui presidente da Comissão de Direitos Humanos, Yulo Oiticica, ex-deputado estadual; do Sr. Ailton Ferreira, que neste ato representa a secretária de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia, Fabya Reis; do Sr. Tenente-Coronel Fernandes, do Corpo de Bombeiros, que neste ato representa o corregedor-chefe do Corpo de Bombeiros, coronel Sturaro; do nosso também colega, que nunca vai deixar de ser, um defensor intransigente das causas sociais, dos direitos humanos, sempre lutou contra a desigualdade em todos os aspectos, Bira Corôa, nosso ex-deputado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Concedo a palavra a ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Sr.<sup>a</sup> Naíra Gomes.

**A Sr.<sup>a</sup> NAIRA GOMES:** Eu atendo por Naíra, por Naiara, mas eu sou Naira.  
(Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Mas aqui está escrito, no meu entendimento, Naíra.

**A Sr.<sup>a</sup> NAIRA GOMES:** Eu sei, as pessoas costumam... mas tudo bem.

Boa tarde a todas as pessoas presentes.

Inclusive, naira é a moeda da Nigéria. Lá, quando se vai comprar uma coisa é uma naira, duas nairas. Então, associando a esse contexto, dá para lembrar mais facilmente.

Bom, eu quero saudar a Mesa na pessoa do Dr. Rafson, nosso homenageado; a Dr.<sup>a</sup> Firmiane; quero saudar a comunidade da Defensoria Pública; quero saudar, também, a nossa eterna ouvidora Sirlene Assis. É eterna, sim. Você marcou demais para ser esquecida, e não será.

Eu quero dizer, Rafson, e como movimento social eu posso dizer isso, que eu não estou aqui pró-forma, por ser ouvidora. Se eu fosse somente movimento social também estaria aqui. Porque eu conheci você ainda subouvidor, na gestão de Dr. Clériston. Acompanhei a sua gestão de perto e via um homem bem grandão, altão, defendendo as pessoas. Eu o vi em vários debates importantes, muito decidido e muito parceiro do movimento social.

Então, enquanto uma mulher negra, de movimento social, uma mulher feminista, eu estou aqui como ouvidora, sim, mas também como uma mulher que estaria se não fosse ouvidora e que se soubesse da homenagem estaria aqui também. Porque eu compreendo que a sua atuação foi fantástica, foi muito importante para nós.

E eu quero saudar... Rafson, eu listei aqui algumas coisas que eu quero saudar. Eu quero saudar o seu respeito às mulheres; (palmas) eu quero saudar o seu respeito ao movimento negro; a sua capacidade de ser parceiro das mulheres, e não são todos os homens que têm essa capacidade. O discurso, ele é fácil; a performance pública, ela é fácil, mas no privado, no doméstico, na hora da disputa a gente percebe quem são os aliados. E você é um aliado. Eu posso falar isso com certeza absoluta. (Palmas)

Eu quero saudar a sua luta pelos empobrecidos e vulnerabilizados; eu quero saudar sua humildade. Eu lhe ouvi falar que aprendeu com Vilma Reis muitas coisas. (Palmas) No Conselho Superior, você fez essa fala e agradeceu a Vilma Reis o quanto ela lhe formou como ser humano melhor. Então eu saúdo a sua humildade.

Saúdo também a coragem de dar a sua opinião. Nem todo mundo tem essa coragem. Dar opinião é ter lado, é ter posição, é enfrentar consequências e você faz isso no seu Instagram, que eu sigo e leio, acompanho, e também me informo no seu Instagram, inclusive.

E Tânia Palma não pôde vir, mas ela pediu que eu te dissesse que você é um homem que faz da prática um critério da verdade, que você fala e pratica o que diz. Então, desta forma, eu não poderia não estar aqui. Mesmo sem ser ouvidora, estaria, sim, com certeza, enquanto movimento social, enquanto mulher negra.

Uma coisa, também, que eu quero dizer, já que estamos falando de coragem, eu quero agradecer a esta Casa que ontem aprovou por unanimidade uma lei importante, a lei que proíbe o uso de pistolas de água no Carnaval. (Palmas) Essa lei, quem é mulher

e vive as festas populares de Salvador e da Bahia sabe de sua importância. Eu fui interpelada por um grupo de homens. Deputada Olívia Santana, a senhora é a proponente da lei. Eu já fui borrifada com água de alfazema nas minhas partes íntimas. Eu já fui interpelada e cercada por um grupo de homens que colocaram o microfone com a forma de um órgão sexual masculino. Então, a gente sabe o que é ser mulher no Carnaval e sabe o que é ter um corpo negro para ser invadido, questionado e tocado pelo machismo, no Carnaval.

Mas estamos vivendo um momento em que alguns homens e algumas pessoas também estão fazendo discurso contrário a esta lei e um discurso misógino. Eu enxergo assim.

Então, eu quero deixar, também, neste momento, Rafson, ao falar de coragem, eu quero citar que encabeçar projetos, de certa forma, polêmicos, mas corajosos, com certeza é parte do processo legislativo e revolucionário que esta Casa Legislativa tem de encabeçar, não somente esta, como outras.

Há a necessidade de se aprovar o PL da Defensoria Pública que tramita aqui (palmas) assim como aprovar o Orçamento. Fazer, nesta Casa revolucionária, que a Defensoria Pública é um lugar cada vez maior e que cada vez cumpra a sua missão elevada de defender quem não pode se defender.

Para encerrar, eu vou parafrasear a música que tocou um pouco antes de começar a Mesa enquanto você entrava Rafson, que falou assim: “*Eu não posso mudar o mundo, mas eu o balanço... (...)*”.

Você balança o mundo.

Obrigada por fazê-lo! (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Ela passou agora por mim e disse: “Naira, viu!” (Risos)

Pior sou eu quando o voto era ainda na cédula. O meu nome é Rangel. E as pessoas escreviam Rogel ou Rogério e, até hoje, me chamam de forma diferente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Concedo a palavra à defensora pública-geral do estado da Bahia, a Sr.<sup>a</sup> Firmiane Venâncio. (Palmas)

**A Sr.<sup>a</sup> FIRMIANE VENÂNCIO DE CARMO SOUZA:** Olá!

Muito boa tarde a todas e a todos!

Boa tarde, presidente, desta sessão, querido deputado Paulo Rangel. Muito obrigada por nos receber e nos acolher nesta tarde de hoje, uma tarde de homenagem e renovação de compromissos desta Casa com a Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Se eu bem conheço o Rafson, ele vai dizer: “Eu sou apenas portador de uma homenagem à instituição à qual eu pertenço.” Os nossos anos de convivência, meu amigo, nos levam a entender e até a saber e adivinhar as palavras que serão emitidas por nós no momento de tanta homenagem merecida a um defensor público que tem

construído, ao longo dos últimos anos, a maior parte, digamos assim, revolucionária e emancipatória da Defensoria Pública do Estado da Bahia e do Brasil.

Bem, na pessoa de Rafson, eu queria saudar todos os nossos colegas e todos os demais componentes da Mesa, as nossas queridas mulheres que compõem esta Mesa solene, todos os colegas defensores, servidores, companheiros que fazem a Defensoria Pública do Estado da Bahia e aqueles amigos da Defensoria Pública, por dentro da política e das outras instituições, que estão presentes.

Quanto ao agradecimento que eu faço inicialmente, esse não é nem diretamente a você, mas é um agradecimento que eu faço à sua família por ter nos possibilitado conviver durante mais tempo e sorver da sua dedicação à Defensoria Pública do Estado da Bahia em detrimento do tempo que deveria dedicar à sua família, aos seus amigos e aos seus entes queridos. Então, esta é uma homenagem que se estende por vários campos, digamos assim, do seu ser à sua família, à sua atuação como defensor público.

Eu sou muito grata a todos os anos, digo isso sempre, todos os anos e a todas as horas da sua vida, tão breve existência que você dedicou à nossa instituição e ao povo da Bahia, ao povo do Brasil que mais precisa.

Nós estamos falando de uma população, no Brasil, de mais de 48 milhões de pessoas que vivem com menos de três salários-mínimos. E é por essas pessoas que o nosso homenageado de hoje dedicou a sua capacidade intelectual para se resignar nos ambientes do jornalismo, nos ambientes públicos.

Mas, por outro lado, buscou também construir, dentro desta Assembleia Legislativa e dentro do Congresso Nacional, projetos de lei e construções como a própria Emenda nº 80 da qual você foi colaborador, junto com a nossa querida Soraia Ramos e o nosso deputado federal Amauri Teixeira, que se encontra aqui. (Palmas)

Graças a pessoas como vocês e como o nosso homenageado de hoje que nós podemos falar, sim, numa proposição de interiorização da Defensoria Pública, de expansão dos nossos serviços e de alcance da população que mais precisa nos locais mais distantes do nosso estado.

Então, falo também da sua sempre entusiasmada luta para que mais defensores ocupem o espaço da Defensoria Pública. Eu vejo Thaís presente como representante do Grupo Mais Defensores, de como a sua luta, mesmo antes de ingressar na instituição, foi marcada, inclusive nesta Casa, para que os direitos humanos e para que o direito das pessoas que mais precisam pudessem ser acolhidos e defendidos pela Defensoria Pública, uma instituição que, hoje, eu não tenho dúvida nenhuma, que é a mais importante deste país, porque é aquela que tem a capacidade de resgatar as pessoas em situação de maior vulnerabilidade, seja que vulnerabilidade for. (Palmas)

Então, esse crescimento e essa pujança, alcançados pela Defensoria Pública brasileira e pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, têm hoje o seu DNA e têm uma marca que ninguém vai tirar, Rafson, a sua construção, a sua história dentro da Defensoria Pública da Bahia. Como homem público e como homem das causas públicas, a sua história fica marcada neste estado.

E quanto a esta comenda, tenho certeza de que ela vai lhe cair muito bem e é muito merecida.

Parabéns!

Vida longa a você, meu amigo. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Neste momento, convido a esposa do nosso homenageado, a Sr.<sup>a</sup> Valéria Teixeira, a sua filha Helena e o autor deste projeto de resolução, o ex-deputado Marcelino Galo, para, em nome do Poder Legislativo, fazermos a outorga da Comenda Dois de Julho ao defensor público Rafson Saraiva Ximenes. (Palmas)

(Procede-se à entrega da homenagem.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): É com muita honra que concedo a palavra ao nosso homenageado, Rafson Saraiva Ximenes.

**O Sr. RAFSON SARAIVA XIMENES:** Boa tarde a todas e a todos!

Eu estou falando com a minha sócia na medalha, pois já pediu a medalha para ela.

Eu queria cumprimentar o deputado Paulo Rangel. Eu gostaria de agradecer, deputado, por esta homenagem. Foi interessante ouvir o senhor falando que a primeira vez que deu um título de cidadão foi para Ariano Suassuna. Provavelmente, segundo o servidor desta Casa, Franciel Cruz, é baiano de Jequié. Mas, agora, se alguém me perguntar como você ganhou uma homenagem que só Ariano Suassuna tinha ganhado antes? Vou ter de responder como Chicó e dizer: “Eu não sei. Só sei que foi assim.” (Palmas)

Queria agradecer ao deputado Marcelino Galo pela proposição e mais do que pela proposição da homenagem que, como Firmiane bem disse, eu sei que é uma homenagem que não é a mim, é uma homenagem que é à Defensoria Pública, a todos os defensores públicos, a todos os servidores que trabalham na Defensoria e, principalmente, à população que a Defensoria Pública atende.

Agradeço também, deputado, pelo seu histórico de apoio à Defensoria Pública nesta Casa. Foram incontáveis as sessões, como a que vai acontecer amanhã de manhã, neste mesmo Plenário, em homenagem à Defensoria Pública, que aconteceram por proposição sua. Foram incontáveis os eventos que aconteceram nesta Casa de posses de defensores públicos-gerais por proposição sua também. Então, é uma honra ter o seu dedo nesta medalha e nesta homenagem que a gente recebe.

Queria cumprimentar o nosso secretário de Justiça e Direitos Humanos, Felipe Freitas. Gostaria de dizer que eu estava falando com você ali em privado, Felipe e vou dizer agora, em público: é um orgulho muito grande saber que a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia é hoje dirigida por alguém como você, alguém que (palmas) tem uma história de luta, uma história de compromisso com a causa dos direitos humanos, alguém que tem uma história intelectual.

Eu estou aproveitando este período que deixei o cargo defensor público-geral, tirando as férias que estavam atrasadas. Estou lendo bastante. Eu pego os principais livros de criminologia mais atualizados. Há o de Salo Carvalho, o último livro dele.

Quem conhece criminologia sabe a importância que é Salo de Carvalho. E um dos autores mais citados é você, sempre. (Palmas) É uma honra, para Bahia, ter uma pessoa da sua qualidade na secretaria.

Queria cumprimentar o desembargador Raimundo Cafezeiro e, ao mesmo tempo, agradecer por sua presença e pela representação do tribunal. Foi sempre uma honra dialogar com o Tribunal de Justiça durante a época em que estive à frente da Defensoria Pública, tanto com o senhor, quanto com o presidente, Nilson Castelo Branco.

Agradeço a presença do nosso amigo de sempre na Defensoria, o desembargador Geder Gomes e, na sua pessoa, eu mando um abraço e a saudação a todos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça da Bahia.

Cumprimento a Sr.<sup>a</sup> Marilene Pereira Mota, procuradora de Justiça, representando a Dr.<sup>a</sup> Norma. Mais uma vez, este é o agradecimento pela parceria, o agradecimento pela colaboração e pelas palavras gentis que a senhora me dirigiu ali, no cafezinho, antes da sessão. Espero que a Defensoria Pública da Bahia consiga, sempre, honrar esta imagem positiva que a senhora tem na Defensoria.

Minha defensora pública-geral, Firmiane Venâncio, é uma honra receber esta homenagem, tendo você sentada nesta cadeira, você, representando a Defensoria Pública da Bahia. (Palmas) Feliz é a Defensoria Pública que pode ser dirigida por você, Firmiane. Eu já dizia isso antes, disse na sua posse e não me canso de repetir que, no momento em que você se candidatou, no momento em que você anunciou o seu nome, houve uma comoção nacional entre os defensores públicos-gerais do Brasil inteiro, as principais lideranças da Defensoria Pública, uma comoção nacional na expectativa de que fosse confirmado o seu nome, que você fosse eleita, que você fosse escolhida. E, no dia em que saiu a nomeação no Diário Oficial, foi talvez o dia mais feliz do Condege, Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais. Desde que eu estava lá, foi a comemoração a mais efusiva que eu já vi. Foram vários defensores públicos-gerais. Inclusive, eu, quando fui reconduzido, não tive a comemoração tão grande quanto a comemoração da sua nomeação. (Palmas)

Vereadora Marta Rodrigues, em sua pessoa, queria cumprimentar todo o poder público municipal, a Câmara de Vereadores. Agradeço o compromisso histórico. A senhora talvez não saiba, mas o meu gabinete sempre teve e a minha casa hoje tem um quadro alusivo ao 16 de maio, que a senhora me entregou de presente. Eu estava, lá, no dia 16 de maio. Saí correndo da polícia também no dia 16 de maio. E é um fato que deve ser lembrado, porque é um fato que marcou a redemocratização da Bahia. Foi um o período histórico e um período, para mim, pessoalmente, de muito aprendizado também, inclusive, na visão social do que é o Direito, do que são as leis e de entender que a lei sozinha não se basta. É, sempre, preciso da política.

Eu sempre menciono um fato que lembro no trabalho da Defensoria Pública e na história da Defensoria Pública. Eu estava ao lado de um colega de faculdade. Eu era estudante de Direito à época. Ele se chama Antônio Teixeira e fazia parte do centro acadêmico. Antônio ficou em frente a um policial. A gente tentava atravessar o Viaduto do Canela, em frente a um policial, com a Constituição na mão. Ele mostrava a

Constituição para o policial e dizia: “Eu tenho o direito de passar para lá. Eu tenho direito de ir e vir, porque está na Constituição.” E o policial ficava em silêncio. E ele repetia: “Está no art. 5º da Constituição. Eu tenho o direito.” E ele repetiu isso três vezes. Depois da terceira vez, o policial falou: “Se você mostrar essa... de novo, eu vou descer a madeira.”

A partir daí, eu entendi que não basta estar na Constituição. Tem toda uma luta política para concretizar o direito que está na Constituição. E isso vale, principalmente, para os direitos das pessoas que a Defensoria Pública defende.

Por isso, Galo, apesar de estar lá, desde 2014, que a Defensoria Pública tem iniciativa de lei, a gente ainda tem de falar disso. A gente ainda tem de discutir isso. A gente tem de debater, embora esteja lá claramente, embora o próprio estado da Bahia tenha questionado o dispositivo.

E foi derrotado, por unanimidade, pelo Supremo Tribunal Federal, embora a própria Procuradoria-Geral do Estado já tenha comunicado ao próprio governo do estado que não tinha o que fazer, que era aquela determinação constitucional. E a gente tem de debater. Mas é porque, para quem defende, os pobres não bastam mostrar a Constituição, é luta, é luta política mesmo! (Palmas)

Sr.<sup>a</sup> Naira Gomes, ouvidora, é uma honra. Acho que é um dos seus primeiros eventos enquanto ouvidora. O primeiro deve ter sido em 19 de maio. Que bom que você estaria aqui, independentemente de estar no cargo de ouvidora. Eu achei curioso quando o deputado Paulo Rangel... O deputado Marcelino Galo, na verdade, falou com Sirlene que você tem uma responsabilidade muito grande de suceder a Sirlene, porque ela sempre se lembra de uma conversa que eu tive com ela logo que tomou posse como ouvidora. Eu a chamei e falei: “Sirlene, nós dois temos um grande desafio. Eu tenho o desafio de suceder Clériston, como defensor público-geral. Você tem o desafio de suceder a Vilma Reis.”

E agora, Sirlene, você ouviu a mesma coisa sendo dita a Naira em relação a você. Então, isso mostra que você foi muito vitoriosa à frente da Ouvidoria. (Palmas) E, nas pessoas de Naira e Sirlene, eu queria saudar todas as ex-ouvidoras e todos os ouvidores da Defensoria Pública do Brasil inteiro que lutam, a cada dia, para levar a sociedade civil para dentro da Defensoria, e a Defensoria para dentro da sociedade civil.

Sr. Rodrigo Assis, diretor da Associação de Defensoras e Defensores Públicos, que bom você está hoje, Rodrigo, porque não teve a AGE da Adep-BA no dia da homenagem. Em sua pessoa, eu cumprimento todos os defensores públicos presentes.

Eu queria, nesta fala, fazer mais agradecimentos do que afirmações. Começo por agradecer a todos os servidores e a todas as servidoras da Defensoria Pública da Bahia (palmas) pelo trabalho desempenhado e pelo apoio que é dado à Defensoria.

A Defensoria Pública da Bahia não existe sem os seus servidores, porque, para fazer cada tipo de atuação, a gente precisa de um apoio. Para defender mais orçamento, a gente precisa do apoio do setor de cálculo, do setor de orçamento da Defensoria. Para poder chegar ao cinema, deputado Paulo Rangel, com o filme que a deputada Marta falava com o senhor, a gente tem de ter uma Assessoria de Comunicação extremamente

competente. Para poder chegar às cidades no interior do estado, aonde ninguém nunca chegou, a gente tem de ter um serviço de transportes que funciona, que não para.

Então queria fazer este agradecimento aos servidores da Defensoria Pública que não são servidores de carreira, porque a Defensoria Pública é ainda a única instituição do sistema de justiça da Bahia que não tem servidores de carreira. Os servidores da Defensoria são todos terceirizados com Redas ou ocupando cargo de confiança. Este é mais um desafio para esta Assembleia, a fim de corrigir mais esta distorção.

Queria agradecer também a todos os defensores públicos e a todas as defensoras públicas presentes que conseguiram deixar o seu trabalho para comparecer a este evento, para prestigiar e para entender.

Hoje, eu não sou só o segundo homenageado do senhor, deputado Paulo Rangel, eu sou, também, o segundo defensor público a receber esta homenagem nesta Casa, através desta comenda. Somente o Dr. Clérison Cavalcante de Macêdo recebeu homenagem antes de mim. Isso não é por acaso. Isso mostra o quanto a Defensoria Pública da Bahia tem crescido e o quanto cada defensor e o trabalho de cada defensor tem sido valorizado. É importante, para cada defensor, sentir realmente que esta homenagem é muito mais do que a homenagem a mim, é uma homenagem a cada um deles.

Nesse período, nessa história, eu discordo do deputado Marcelo Galo, melhor, discordo em uma coisa, deputado Galo. Talvez, o futebol tenha perdido um grande centroavante também. (Risos) Há testemunhas presentes que sabem que eu não costumava perder chance de gol. Mas é uma história que vem de vários atores que estão presentes, só que estão em espírito, de uma evolução, Naira, de uma pessoa que vai conhecendo numa instituição.

Quando eu prestei o concurso para a Defensoria Pública, eu não fazia a menor ideia de como que seria a Defensoria Pública, qual era a dimensão e qual era a dimensão do desafio. Eu passei a ter uma noção desse desafio quando vim a esta Assembleia, antes ser nomeado, com Cristina Ulm, aqui presente, com Pedro Bahia, também presente, e com vários outros colegas de concurso. E a gente percebia que os deputados não sabiam o que era a Defensoria, melhor, não tinham a menor noção do que era.

Tomando posse, eu percebi de plano, porque, no meu curso de formação, Naira, houve a participação de Vilma Reis, Hamilton Borges e várias lideranças do Movimento Negro.

Eu percebi, de plano, o quanto eu não seria competente no meu trabalho se eu não conseguisse abrir a minha cabeça das minhas vivências de homem branco, de classe média, que estudou em colégio particular, que foi conhecer o que era a violência policial. A primeira dimensão foi em 16 de maio. Até lá, a violência policial não fazia parte da minha vida. E a partir daí, eu comecei a entender os privilégios que eu tinha e o quanto existia um conhecimento vastíssimo, que eu não tinha nenhum acesso e que eu nem sabia o que era conhecimento.

E começou, como você mencionou, quando aquela mulher Vilma Reis se apresentou a primeira vez e falou: “O meu nome é Vilma Reis.” Ela disse nome e

sobrenome. Foi o que Lélia Gonzalez me ensinou, ou seja, se a pessoa negra não se identificar com o nome e sobrenome, o homem branco coloca o nome que quiser.

Começou ali o aprendizado. Aquilo mudou a forma de ver tudo. Mudou a forma de eu ouvir música, mudou a forma de eu ler literatura e mudou a forma de ler o mundo. Continuou um aprendizado quando eu tive a felicidade de fazer parte da Associação de Defensores, presidido por Soraia, hoje, subdefensora pública-geral. China era vice-presidente. (Palmas) Naquele momento, eu era o defensor público em Jequié. Eu lembro que Soraia reclamava comigo. Quando eu tinha de vir para cá, eu vinha, pagava o ônibus, pegava o meu carro e vinha para Salvador participar das coisas e, depois, não cobrava da DPE o ressarcimento de nada.

Mas eu não cobrava, porque eu sabia que era o mínimo sacrifício que eu tinha de fazer para uma luta que se mostrou, naquele momento, que era bem diferente de uma luta de qualquer associação de qualquer sindicato, porque a luta da Defensoria Pública, inclusive, a luta corporativa da Defensoria Pública só pode ser exitosa se for feita junto com a sociedade civil. A luta só poder ser exitosa se a Defensoria entender que ela tem de prestar um serviço.

Eu aprendi aquilo, Amauri, quando você relatou a Emenda nº 80, que era uma emenda que dava uma iniciativa de lei para a Defensoria Pública, aprovada, lá, em 2014. Todo mundo celebrava por isso. Isso fazia uma equiparação com outras carreiras. Todo mundo celebrava isso. Mas só foi aprovada porque ela era conhecida como a PEC das Comarcas, ou seja, a PEC que obrigaria o estado a colocar a Defensoria Pública no interior, em cada rincão do país. Era isso o que fazia as pessoas quererem apoiar a Defensoria Pública.

Esse aprendizado, Soraia, foi o que eu levei para depois ser subdefensor-geral, para depois ser defensor público-geral e para tudo. É ingenuidade, inclusive, sob a sua perspectiva corporativa, falar em Defensoria, simplesmente, falando em salário etc. Não é assim que vai se conseguir. Não é assim que vai se conquistar. E não é assim que deve ser conquistado.

O esforço que eu fiz em interno, inclusive no discurso, era fazer tentar ajudar que cada vez mais defensores e servidores compreendessem isso, porque a Defensoria é uma instituição complexa e está sempre associada à sua população, ao seu público-alvo, qual seja, aquelas pessoas que ela defende.

Enquanto subdefensor-geral, eu aprendi outra coisa. Aprendi que é uma luta de muito sacrifício defender a Defensoria publicamente, porque o subdefensor público-geral era aquele que se colocava como escudo do defensor público-geral. Inclusive, interna e externamente, era aquele que tinha de ter coragem de defender mesmo o que fosse considerado impopular. Por isso, eu sempre disse a Pedro e digo a Firmiane também que foram meus subdefensores públicos-gerais que, para mim, é uma questão de caráter.

Eu, jamais, faria nada para atrapalhar qualquer demanda, qualquer gestão feita por um subdefensor-geral meu, porque é uma dívida de gratidão que a gente tem pelo sacrifício que foi imposto. E, talvez, o período de subdefensor público-geral, para mim, tenha sido mais doloroso, enquanto parte da administração, o mais difícil.

Tanto isso é verdade que eu não sei se Felipe se lembra disso. Mas eu conheci Felipe apanhando, porque já estava com espírito de subdefensor público-geral. Conheci Felipe num evento no Rio de Janeiro. Eu via. Estava acontecendo uma disputa eleitoral. Quanto a isso, eu não tinha consciência à época. Era uma disputa eleitoral de Ouvidoria.

Assim como acontece aqui, a disputa, na sociedade civil, às vezes, se torna muito quente. Nessa disputa, aconteceu um evento lá. Estava sendo feito um ataque ao defensor público-geral de lá, do Rio de Janeiro, o Rodrigo Pacheco. Sirlene teve contato com ele. Quem teve contato sabe que era uma das figuras mais importantes para a Defensoria Pública na defesa dos direitos humanos, inclusive nas disputas internas. Firmiane acompanhou.

Era normalmente quando tinha alguma disputa que tendia uma coisa a ser mais conservador ou mais aguerrido na Defensoria dos Direitos Humanos. Bem, eu e Rodrigo éramos a dupla que ficava mais aguerrida. Quando eu vi Rodrigo sendo atacado, eu tomei a defesa dele.

Eu tinha acabado de tomar posse como defensor público-geral. Quando você toma defesa, assim como você faz quando é sub, você traz a porrada para você. Então, a porrada veio para mim. Os ataques e as críticas estavam sendo feitos a ele. E elas se direcionaram a mim. Até Felipe me criticou também naquele momento. Mas isso faz parte. Era parte da pressão da sociedade civil e é parte do trabalho que está dentro da Defensoria também: se colocar para levar a crítica e se colocar para aguentar.

Desse aprendizado, eu tive a chance e a oportunidade de ser defensor público-geral. Foi bastante sacrificante também pelo período, pelo meu período pessoal.

Eu tinha uma filha pequena que estava crescendo e que sentia falta. Tanto que quando eu terminei a gestão que eu entrei de férias, ela me entregou uma lista de coisas para eu fazer nas minhas férias que ela já tinha preparado, coisa como levar ela para o parquinho, etc. Esse tipo de coisa. Eram as minhas programações de férias.

Mas eu tentei manter a coerência com a minha história. Tentei manter a coerência, mesmo sabendo que sofreria com isso em vários momentos, mesmo sabendo que seria criticado em vários momentos, que seria atacado em vários momentos. Mas, se não fosse para ter coerência, não tinha por que estar lá.

E foi talvez o período mais difícil para a história da Defensoria Pública da Bahia. Foi o período difícil em âmbito estadual, um período terrível, em âmbito nacional. A gente estava questionando agora se era bom ou não voltar a uma ditadura militar. Esse era o debate feito.

As pessoas antes se escondiam, escondiam racismo, escondiam machismo. Depois, elas não escondiam mais. Aí, falavam agora, abertamente. Não é por acaso que esta semana, agora, foi dito que o grande problema do racismo praticado contra Vinícius Júnior era o seguinte: quem vai defender os macacos? É esse o tipo de coisa que estamos enfrentando. O que antes era escondido, agora virou público. Nesse período, não tem como imaginar que a vida da Defensoria Pública vai ser fácil.

Você vai dialogar com alguém que acha que o pobre que está com problema de saúde tem de morrer. Quem está defendendo que ele tenha acesso à saúde vai ser criticado também, vai ser atacado.

Quando você está dialogando com alguém que acha que direitos humanos se prestam, explorando a pessoa que pede os direitos humanos, é óbvio que quem emancipa ela, deputado Marcelino, vai ser atacado também.

Foi esse o período que a gente enfrentou.

Então não vou dizer aqui que foi fácil porque não foi nada fácil. Foi extremamente difícil. Mas houve várias conquistas. E hoje a Defensoria Pública da Bahia, não tenho nenhuma dúvida de falar, é uma liderança nacional. É uma defensoria pública que puxa o debate nacional. (Palmas)

O último dia 19 de maio foi a primeira vez que eu passei um Dia da Defensoria Pública longe dos eventos aqui da Bahia. Desde 2007, foi a primeira vez que isso aconteceu, porque eu estava no Rio Grande do Sul fazendo a conferência principal do 19 de Maio da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul. E por que eles pediram isso? Foi-me dito isso na hora do convite, que os defensores, os servidores precisam entender o tamanho do desafio que a gente tem na defensoria pública. E não tem ninguém melhor para ensinar isso do que a Defensoria Pública da Bahia. (Palmas)

E eu lembrava, quando preparava o texto, eu lembrava de algumas coisas, e o deputado Paulo Rangel me fez lembrar de outra coisa agora, que nem entrou nesse texto da minha apresentação lá, mas é de quando menciono Ariano Suassuna.

Ariano Suassuna, no *Auto da Compadecida*, ele descreve um dos fatos que talvez seja o mais ilustrativo da importância da defensoria pública e do quanto ela é escolha política. Qual o tamanho, qual o papel que a defensoria pública vai ter. Todo mundo assistiu a *O Auto da Compadecida* – menos Helena, aqui na sala, talvez – e todo mundo vai lembrar que, no final, *O Auto da Compadecida* conta a história de pessoas pobres que têm de sobreviver de alguma forma, porque dão o filé bom para a cachorra, mas não dão para elas. E é engraçado, porque, hoje, a gente está na época de mãe de pet, pai de pet, e isso é muito mais evidente do que naquela época.

Mas, no final, acontece um julgamento, como toda história de auto tem um julgamento, o julgamento divino. E o julgamento começa com o Diabo acusando todas aquelas pessoas e dizendo que todas elas têm de ir para o inferno: o padeiro, a mulher do padeiro, João Grilo, Chicó, o cangaceiro, todo mundo é acusado. E todo mundo vai para o inferno, porque está todo mundo sendo acusado sem defesa, até o momento em que João Grilo pede a defesa. E a defesa vem. No filme, a defesa é retratada por Maria e o juiz é Jesus.

E olha que inversão interessante, Geder, você que foi promotor: no filme, Maria fica ao lado direito do juiz, a defesa está ao lado direito do juiz; na vida real, é a acusação que está ao lado direito do juiz. Na vida real, a defesa está longe do juiz; no filme, o juiz fica cochichando o tempo inteiro com a defesa, com Maria, e pede autorização a ela para fazer as coisas. Na vida real, principalmente no julgamento penal, Felipe, quem é que está ao lado do juiz, a quem o juiz cochicha e pede: “Doutor, pode fazer o parecer aqui para definir nesse sentido?” É a acusação, não é a defesa.

Mas por que o Ariano Suassuna, que é tão brilhante, deputado Paulo Rangel, fez essa inversão na hora de fazer o cenário? Porque, naquele filme, a nossa visão, a visão que importa para a gente, é a visão de quem está sendo julgado, é a visão de João

Grilo, é a visão de Chicó, é a visão dos pobres. E a justiça que os pobres esperam para eles é a justiça em que a defesa é ouvida, que a defesa não é inimiga, que a defesa não fica lá afastada, que a defesa não tem menos recursos, que a defesa não tem mais dificuldade para aprovar um projeto de lei, que a defesa não é inexistente.

Foi o que Amauri percebeu quando defendeu a PEC das Comarcas, a Emenda Constitucional nº 80, porque todo defensor gosta, mas todo defensor tem de lembrar que é a PEC das Comarcas, é a PEC falou que Jacobina tem de ter defensor; Luís Eduardo Magalhães tem de ter defensor; Barreiras tem de ter defensor; Catu tem de ter defensor; Campo Formoso tem de ter defensor; Euclides da Cunha tem de ter defensor. É a PEC que falou que João Grilo estava ali, Amauri – através de você, através de Soraia, através de Patrícia –, João Grilo estava pedindo: “Eu quero ter defesa também. Que julgamento é esse que só tem acusação?” Era esse o recado de Ariano Suassuna.

E me honra muito mais saber desse histórico, deputado Paulo Rangel, lembrando quem foi Ariano Suassuna, qual era o recado que ele passava em todas as suas obras, sempre era essa a temática, que leva ao que eu coloquei na última fala que eu fiz no Rio Grande do Sul e no artigo que eu publiquei agora no *Migalhas Jurídicas* também.

Chegou a hora de a gente parar de lamentar porque a Defensoria Pública não está devidamente estruturada, porque o orçamento não é aquele que é o devido. Chegou a hora de parar lamentar porque isso não é um fato da natureza. A gente não acordou e viu que estava chovendo e viu que a Defensoria estava sem orçamento. Isso é decisão política e é reflexo da correlação de forças políticas! Se a defesa dos pobres é a que recebe menor orçamento, é porque, na conjuntura política, se decidiu politicamente que os pobres merecem menos. Isso é escolha. (Palmas)

Então, finalizo, além de agradecer a presença de todas e todos, eu sei quanto é difícil, mas eu finalizo com um apelo, para que a gente possa, no próximo 19 de Maio, vir com um discurso diferente. Que a gente possa chegar aqui sem precisar lamentar que a Defensoria Pública tem menos orçamento ou que a Defensoria Pública tem menos estrutura. Está na hora de parar de lamentar e está na hora de agir efetivamente.

A Defensoria Pública tem dois projetos de lei nesta Casa. Tem o PLC nº 142/2021, que é um projeto de lei que não tem nenhum impacto financeiro, um projeto de lei que simplesmente cria obrigação para a Defensoria de manter sempre uma política, Felipe, de combate à LGBTfobia, de manter sempre uma política de combate ao racismo e manter sempre uma política de combate ao machismo interno na instituição. Está aqui nesta Casa, já com parecer favorável da CCJ, inclusive.

A gente tem, também, o PLC nº 147/2022, que fala da estruturação da carreira, para que tenha a mesma quantidade de classes que as outras carreiras têm e que vai ser bem conduzido aqui pela nossa defensora pública-geral que, evidentemente, pode mexer no que quiser mexer, pode fazer a negociação que precisar fazer, para aprovar o projeto. Mas chegou a hora de a gente parar de lamentar a falta de estruturação da Defensoria e agir para que a Defensoria Pública seja devidamente estruturada.

Muito obrigado a todas e todos. E viva a Defensoria Pública! (Palmas).

(Não revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Convido a todos para ficarem de pé, pois, ouviremos a execução do Hino da Bahia.

(Procede-se à execução do Hino da Bahia.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Em nome da Assembleia Legislativa da Bahia, quero saudar, mais uma vez, o nosso mais novo comendador e agradecer a presença das autoridades civis, militares, eclesiásticas, amigos e familiares do homenageado, das Sr.<sup>as</sup> Deputadas e dos Srs. Deputados e da imprensa.

Declaro encerrada a presente sessão. (Palmas)

*Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.*

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.*